

W *E* *Conf.*

Fls. 163 - A

**ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA
DA CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO DE PAIVA, REALIZADA NO
DIA 20 DE NOVEMBRO DE 2014.**

No dia 20 de Novembro de dois mil e catorze, nesta Vila de Castelo de Paiva, no edifício dos Paços do Município, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência Gonçalo Fernando da Rocha de Jesus, Presidente da Câmara, com as presenças do Vice-Presidente, António dos Santos Rodrigues, e dos Vereadores José Manuel Moreira de Carvalho, Cláudia Vanessa da Silva Rodrigues Pereira, Manuel Joaquim Correia de Almeida Junot da Silva, e Luís Filipe Cardoso Valente.

Secretariou a reunião o Chefe da Divisão de Administração Geral, Vasco André Moreira Pimenta.

Eram nove horas e cinquenta minutos, quando o Senhor Presidente da Câmara, declarou aberta a reunião.

Faltou por motivo justificado a Vereadora Sandra Isabel da Silva Neves.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.

O Sr. Presidente da Câmara deu início á reunião do executivo municipal, convidando os Senhores Vereadores a estarem presentes na cerimónia a realizar no dia 5 de Dezembro, pelas 17h e 30 m, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, de homenagem ao Grupo Coral da Academia de Música de Castelo de Paiva, pelo prémio obtido num festival em Barcelona.

Deu nota da visita do Sr. Director - Geral do IPEME – Instituto para Promoção das Pequenas e Médias Empresas de Moçambique à região do Tâmega e Sousa, que visitou alguns Municípios da região. Disse que houve a oportunidade de visitar a empresa “Nautilus, S.A.”, e as “Caves Campelo”, que estão a desenvolver um projecto nas antigas instalações da Adega Cooperativa.

Informou da realização de uma reunião com os Senhores Presidentes da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira e de Gondomar, para pro-

gramar iniciativas conjuntas tendentes a incluir a conclusão da Variante à EN 222 no topo das prioridades de investimento do Governo.

De seguida, deu a palavra aos Senhores Vereadores que quisessem intervir.

O Vereador José Manuel Carvalho usou da palavra para informar da sua presença no jantar de encerramento de uma actividade desportiva realizada pela “JRC – Power” – Raid TT; no Pavilhão Municipal dos Desportos, na “Taça Nacional de Karate” organizada pelo Grupo Desportivo e Cultural de Castelo de Paiva, que trouxe a Castelo de Paiva cerca de 400 atletas.

Felicitou o Paivense Dário Pinto pela obtenção do “Prémio de Mérito Desportivo 2014”, enquanto personalidade do ano na modalidade de Taekwondo.

O Vereador Filipe Valente usou da palavra para perguntar pelo ponto de situação da Revisão do PDM - Plano Director Municipal?

Referiu que a Comissão de Obras do Arranjo do Adro de S. Lourenço de Folgosos deu entrada na Câmara Municipal de um pedido de apoio financeiro para a realização da obra.

Perguntou o que é que o executivo em permanência pretendia fazer em relação a esse pedido, nomeadamente, se estava a pensar atribuir algum subsídio ou alguma compensação financeira?

Disse que se o executivo em permanência não estivesse com ideias de fazer nada, que o PSD iria apresentar uma proposta de atribuição de subsídio na próxima reunião de Câmara.

Entregou um requerimento ao Sr. Presidente da Câmara a solicitar cópias de documentos relativos à Criação Parque Urbano da Quinta do Pinheiro, e a solicitar uma relação de todos os processos abrangidos pela isenção de pagamentos de juros até ao dia 31 de Dezembro, em processos de execução fiscal.

Referiu-se à estrada entre Serradêlo e Folgosos, para dizer que o executivo em permanência já foi alertado no inverno passado para o seu mau estado, mas que a situação se mantém.

Perguntou qual a data prevista para a conclusão das obras do Mercado Municipal, e como é que aquele equipamento vai funcionar?

Perguntou também pelo ponto da situação do concurso para recrutamento de dois técnicos de SIG – Sistemas de Informação Geográfica, porque o que se dizia na praça pública era que o concurso era para um primo do Sr. Presidente da Câmara, e o outro era para um irmão do assessor.

A Vereadora Vanessa Pereira usou da palavra para justificar a falta da Vereadora Sandra Neves por motivos profissionais.

Associou-se aos parabéns endereçados pelo Vereador José Manuel Carvalho ao Paivense Dário Pinto.

Disse que gostava que da próxima vez se tivesse mais cuidado quando os serviços fizessem pedidos a associações/IPSS, nomeadamente, não dizendo se o pedido foi feito pelo Vereador a) ou b).

Apresentou dois requerimentos a solicitar uma relação das obras executadas por administração directa desde 1 de Janeiro, discriminadas por freguesia e respectivo valor, e a indicação dos funcionários cedidos pela Câmara Municipal às Juntas de Freguesia.

Requereu ao Sr. Presidente da Câmara o pagamento das suas senhas de presença nas reuniões de Câmara de 1, 10 e 15 de Julho, tendo para tal apresentado um requerimento.

Solicitou informação relativa ao pagamento de senhas de presença aos deputados da Assembleia Municipal.

Perguntou se a Câmara Municipal já fez o levantamento relativo aos edifícios municipais que contêm amianto, porque é um problema grave de saúde pública a que o executivo tem de dar atenção.

Perguntou se a Câmara Municipal tem um plano de acção para a retirada do amianto, porque se trata de um processo complexo?

O Sr. Presidente da Câmara interveio novamente para propor um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Sousa Oliveira.

Sobre a Revisão PDM – Plano Director Municipal, disse que uma das razões que tinha atrasado o processo tinha a ver com a cartografia, que agora, com a abertura de concurso para recrutamento de dois técnicos de

SIG – Sistemas de Informação Geográfica, têm condições para resolver durante o próximo ano.

Em relação a Folgoso, disse que foram contactados por um grupo de pessoas ligadas à iniciativa que estão a desenvolver, e que avançou com um conjunto de obras que se encontram efectuadas. Disse que o pedido que foi remetido está a ser analisado, para ver aquilo que o executivo em permanência pode fazer de acordo com a disponibilidade financeira do Município.

Quanto aos documentos solicitados pelo Vereador Filipe Valente, respondeu que os relativos à obra de Requalificação da Quinta do Pinheiro poderiam ser consultados nos serviços municipais, e que a relação de todos os processos abrangidos pela isenção de pagamentos de juros até ao dia 31 de Dezembro seria elaborada e fornecida pelos serviços logo que possível.

Em relação à estrada entre Serradêlo e Folgoso, disse que as deficiências da via terão de ser assumidas pelo empreiteiro.

Relativamente à obra de Mercado Municipal, respondeu que está a ser concluída, e que os espaços vão ser arrendados recorrendo a procedimento por hasta pública, estando a ser elaborado um regulamento com as normas de gestão daquele equipamento.

Sobre o concurso para recrutamento de dois técnicos de SIG – Sistemas de Informação Geográfica, disse que se fizesse avaliação de parentesco, não só na Câmara Municipal, mas também em qualquer instituição, que seguramente iam encontrar muitos exemplos, mas que não é isso que importa.

No que concerne à comunicação enviada às instituições, respondeu que no futuro iria alertar os serviços de que era o Presidente da Câmara que estava a solicitar a informação a pedido dos Vereadores do PSD.

Em relação ao requerimento relativo aos recibos de vencimento, disse que não reconhecia aos Vereadores do PSD o “título de polícia”, e como tal, o direito de solicitar esses documentos.

Quanto à questão do amianto, respondeu que os serviços estão trabalhar no assunto, e que terão de enquadrar o investimento a realizar de acordo com os fundos comunitários que estiverem disponíveis.

A Vereadora Vanessa Pereira interveio novamente para dizer que não via qual era o problema em fornecer os recibos de vencimento.

Sobre a questão do amianto, disse que o levantamento já deveria ter sido feito, por se tratar de um problema importante a que devem dar atenção.

O Vereador Filipe Valente interveio novamente para dizer que relativamente à situação de Folgoso, que era com agrado que ouvia que o Sr. Presidente da Câmara estava a estudar o assunto.

Sobre os documentos solicitados às IPSS e associações do concelho, disse que era a segunda vez que alertava para que tivessem mais cuidado.

Quanto aos recibos de vencimento, disse que ser polícia ou não ser, não ficava muito bem ao Sr. Presidente da Câmara fazer aquele tipo de comparações, porque a profissão de polícia deveria merecer respeito.

Em relação ao concurso para recrutamento de dois técnicos de SIG – Sistemas de Informação Geográfica, referiu que já sabem como é que essas coisas funcionam, e que as pessoas que estivessem em condições de concorrer, concorriam, mas que o Sr. Presidente da Câmara não devia vir com indirectas, deveria ser mais frontal. Disse que estava à vontade para falar do assunto, porque não tinha dado emprego a ninguém da sua família, ao contrário do Sr. Presidente da Câmara que deu ao seu primo um aumento superior a 500,00 mensais, o que estava longe do alcance da maioria dos Paivenses, que tinham ordenados de 505,00, e dos reformados que viviam com 200,00 e 300,00 mensais.

O Sr. Presidente da Câmara respondeu que relativamente ao concurso para recrutamento de dois técnicos de SIG – Sistemas de Informação Geográfica, se devia deixar o procedimento decorrer normalmente.

Sobre os recibos de vencimento, respondeu que também respeita a profissão de polícia, assim como respeita as competências dos Senhores Vereadores, mas que tem de dar o alerta quando as extravasavam.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA.

1. - RESUMO DIÁRIO DE TESOUREARIA.

A Câmara Municipal tomou conhecimento das disponibilidades de tesouraria no dia 19 de Novembro de 2014, cujo saldo totaliza a quantia de 2.486.389,63 euros.

2. - ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 25 DE SETEMBRO. APROVAÇÃO.

Presentes as actas das reuniões em epígrafe, de que foram previamente distribuídos exemplares a todos os membros da Câmara Municipal.

A Câmara Municipal deliberou através de votação nominal de que resultou unanimidade, aprová-la.

3. - OBRAS MUNICIPAIS.

Retirado.

4- OBRAS PARTICULARES.

4.1 – PROCESSO 186/2012. MANUEL JOAQUIM MOREIRA DE CARVALHO.

Presente o processo em título, relativo à reconstrução e ampliação de edificação, destinada a alojamento turístico em espaço rural, sito no lugar de Várzea – Bairros.

O requerente solicita que o empreendimento seja classificado como de interesse turístico para o Município, em virtude de se localizar na Reserva Agrícola Nacional.

A Câmara Municipal deliberou através de votação nominal de que resultou unanimidade, declarar o empreendimento de interesse turístico para o Município, para efeitos de obtenção de parecer favorável junto da Entidade que superintende sobre a RAN.

5- LOTEAMENTOS URBANOS E OBRAS DE URBANIZAÇÃO.

5.1 – PROCESSO 9/1995. ANTÓNIO JOSÉ DA COSTA FREITAS.

Relativamente ao processo em título, os serviços informaram que as obras de urbanização tinham sido realizadas de acordo com o projecto e respeitados os condicionalismos de licenciamento de acordo com as normas legais e regulamentares em vigor.

Em função do exposto, propõem a aprovação da recepção provisória das obras de urbanização e a redução da respectiva caução em 90%.

Analisado o processo a Câmara Municipal deliberou através de votação nominal de que resultou unanimidade, aprovar a recepção provisória das obras de urbanização e reduzir a respectiva caução em noventa por cento.

6. - SUBSÍDIOS E APOIOS A DIVERSAS ENTIDADES.

Retirado.

7. – BAIROS SOCIAIS.

7.1 – ACTUALIZAÇÃO ANUAL DE RENDAS SOCIAIS APOIADAS.

Aos contratos de arrendamento dos bairros sociais de Curvite, Póvoa e Raiva, é aplicado o regime de renda apoiada, regulado pelo DL.166/93, de 7 de Maio, sendo o montante da renda actualizado anual e automaticamente, em função da variação dos rendimentos do agregado familiar. Desta forma, é apresentado o cálculo actualizado de cada fogo, para vigorar pelo período de um ano.

A Câmara Municipal deliberou através de votação nominal de que resultou unanimidade, concordar com a actualização da renda social apoiada dos bairros sociais de Curvite, Raiva e Pedorido.

8. – PROVAS DESPORTIVAS.

8.1 – 7º RAID TT JRCPOWER.

A Associação JRC Power apresentou pedido de parecer para a realização de passeio todo-o-terreno, em 15 de Novembro corrente.

Em virtude de não estar agendada reunião da Câmara em tempo útil, o Senhor Presidente emitiu parecer favorável à sua realização, através de despacho.

A Câmara Municipal deliberou através de votação nominal de que resultou unanimidade, ratificar o despacho do Senhor Presidente da Câmara.

9. PATRIMÓNIO IMOBILIÁRIO.

9.1 INQUÉRITO.

O Sr. Presidente da Câmara propôs que este ponto fosse discutido na sala anexa ao Salão Nobre, o que foi aprovado por unanimidade. De seguida, deu conhecimento do teor do processo de inquérito aos Senhores Vereadores, em particular das conclusões que dele resultam.

A Vereadora Vanessa Pereira usou da palavra para perguntar se as obras que se realizaram na Piscina Municipal foram efectuadas pelo sector da Administração Directa?

O Sr. Vice-Presidente da Câmara respondeu que sim.

A Vereadora Vanessa Pereira pediu para consultar o processo, o que foi concedido

O Sr. Presidente da Câmara usou da palavra para solicitar à Dra. Mónica Rocha, redactora do processo de inquérito, e presente na reunião da Câmara, para ler as declarações prestadas pelos depoentes, em particular as declarações do Sr. Zeferino, tendo a Dra. Mónica Rocha procedido em conformidade.

A Vereadora Vanessa Pereira interveio novamente para solicitar à Dra. Mónica Rocha para ler as declarações prestadas pela D. Elisa e pelo Sr. Tiago, tendo a redactora do processo de inquérito procedido em conformidade.

A Vereadora Vanessa Pereira solicitou esclarecimentos em relação à afectação física permanente do Director-Técnico dos Equipamentos Desportivos nos mesmos, que foram dados.

Por fim, foi deliberado por unanimidade agendar novamente este ponto para a próxima reunião de Câmara, dando assim a possibilidade aos Vereadores do PSD de analisarem o processo e de nessa reunião de Câmara proferirem os considerandos que tiverem por convenientes.

10. - DESPACHOS PROFERIDOS NO USO DA COMPETÊNCIA DELEGADA.

Não houve.

PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.

O Dr. Paulo Ramalheira Teixeira, residente na Freguesia de Santa Maria de Sardoura, usou da palavra para perguntar se já tinha alguma resposta sobre o hotel ou construção em Gondarém?

Perguntou se era verdade que tinha sido reaberto o inquérito judicial relativamente à queixa que o advogado do arquitecto Osvaldo formalizou contra o Sr. Presidente da Câmara, quando prestou depoimento no processo disciplinar do arquitecto?

Referiu que recentemente, numa reunião de Câmara, o Sr. Presidente da Câmara criticou duramente a Vereadora Vanessa Pereira por esta ser testemunha no processo que a empresa “JOPAVERA” moveu contra o Município, como se isso fosse um “crime de lesa à pátria”. Disse que essa atitude inqualificável por parte do Sr. Presidente da Câmara demonstra o seu desconhecimento do processo, e do que é ser testemunha.

Referiu que o Sr. Presidente da Câmara se esqueceu das queixas que apresentou contra órgãos autárquicos, nomeadamente, a acção de perda de mandato contra membros Assembleia Municipal do PSD; a vasta queixa que apresentou à IGAL – Inspeção-Geral da Administração Local, onde colocava em causa a legalidade da construção da casa do Dr. Adão Santos; o processo referente ao “Marmoiral”. Ser testemunha num processo, disse, é algo que pode acontecer a qualquer cidadão, desde que arrolado por quem seja parte numa acção, seja réu ou autor, sem que a lei obrigue a que o autor contacte uma pessoa no sentido de saber se ela aceita ou não ser testemunha.

Disse que o Sr. Presidente da Câmara também vai ser chamado para prestar esclarecimentos sobre factos constantes nos articulados da acção, e que vai ter de provar porque é que permitiu que certas situações acontecessem, nomeadamente, que a nulidade do licenciamento foi efectuada pelo executivo que liderava na época; que aprovou o licenciamento desta obra enquanto Vereador do Município; que a esse propósito nada disse sobre o PU – Plano de Urbanização da Vila de Sobrado quando ele foi aprovado e publicado no mandato 2005-2009; que o edifício teve

fisicamente início quando o Sr. Presidente da Câmara assumiu funções de Presidente no executivo, e que o mesmo foi concluído dois anos depois. Referiu também que o Sr. Presidente da Câmara aumentou para o dobro o prazo de construção que o edifício dispunha e que lhe estava concedido por alvará, passando de 24 para 28 meses; que não se pode esquecer que a Av. General Humberto Delgado esteve nas vésperas de um São João fechada ao trânsito para a ligação ao serviço público de água, e que a Câmara não se opôs à ligação da luz.

Referiu que gostava que o Sr. Presidente da Câmara provasse qual foi a empresa que investiu em habitação colectiva no concelho, e que por força de actos administrativos da responsabilidade do Município nos mandatos aos quais presidiu, entrou em falência.

Concluiu, saudando a postura da Vereadora Vanessa Pereira, e que não se deixe levar por ameaças.

O Sr. Adelino Nunes, residente em Gração, União das Freguesias de Sobrado e Bairros, usou da palavra para perguntar se o executivo está contente com o sistema de saúde que está a funcionar no concelho, e se a Comissão de Saúde tem funcionado?

Disse que dois autarcas da Câmara Municipal de Resende e de Baião, lutaram para que os Centros de Saúde dos seus concelhos não fechassem durante a noite, e que tinham destinado uma verba para a manutenção desses Centros de Saúde. Referiu que em Castelo de Paiva se luta muito pela justiça, mas pela saúde não, e que há 50 anos o concelho estava muito melhor no apoio à saúde do que está hoje.

O Sr. Presidente da Câmara usou da palavra para responder que em relação à construção em Gondarém, que os serviços estão a desenvolver acções nessa matéria.

Sobre o processo “JOPAVERA”, respondeu que não foi ele quem licenciou o edifício, e como tal, não é da sua responsabilidade.

Em relação à questão da saúde, disse que partilha das preocupações do Sr. Adelino Nunes, e que estava solidário com os autarcas de Resende e

Baião, porque são dois municípios que fazem parte da CIM-TS – Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa.

Por último, deliberou a Câmara Municipal aprovar a acta da presente reunião em minuta, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 57º. da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, e que vai ser lançada no respectivo livro de actas.

E não havendo mais nada a tratar, o Presidente da Câmara declarou encerrada a reunião, pelas 11,30 horas, da qual, para constar, se lavrou a presente acta, que vai ser assinada.

E eu, Vasco André Moreira Pimenta, a redigi e subscrevi.

O Presidente,

Os Vereadores,

